

Clima eleitoral dos EUA é festa na Thomas

A maior escola de inglês de Brasília, Casa Thomas Jefferson, promoveu verdadeira festa no dia 4 de novembro último, data das eleições presidenciais nos Estados Unidos. A Escola foi toda decorada com faixas, bandeira de todos os estados americanos, além de cartazes da campanha eleitoral dos candidatos, sendo inclusive montadas réplicas dos quartéis gerais de apuração dos candidatos.

Uma vasta parafernália de comunicação foi montada, com dezenas de aparelhos de rádio escuta, dois telex, vários aparelhos de TV e até três projetores cinematográficos, para dar aos presentes o clima exato das eleições, como se todos estivessem em pleno solo america-

no. Além disso, foi montada uma cabine eleitoral para uma eleição simulada, onde venceu, Carter e a abstenção foi grande.

Vários embaixadores e também parlamentares brasileiros prestigiaram o acontecimento. A festa durou até o amanhecer e grande parte dos presentes se retirou assim que ficou definida a vitória de Ronald Reagan. Os mais de mil convidados consumiram oito caixas de uísque, grande quantidade de vodka e coca-cola, bem como comidas típicas americanas ("donnut" e "hot dog").

Para os "analistas da madrugada" só em janeiro do próximo ano se poderá avaliar se a escolha de Reagan foi uma decisão acertada.



Reflorestamento destrói sistema ecológico no DF

O cerrado vem sendo sistematicamente derrubado, e o reflorestamento é feito com pinheiros e eucaliptos. As espécies nativas são desconsideradas com a justificativa de que não são suficientemente conhecidas para serem racionalmente aproveitadas.

Por outro lado, apesar de um estudo da Universidade do Paraná provar que esta cultura é antieconômica no Cerrado, o presidente do IBDF, Mauro Reis, enfatiza a necessidade da plantação no Brasil de 866 mil hectares de florestas já em 1981, para a produção de álcool e carvão, sem considerar a derrubada das matas nativas para a agricultura, e mesmo para o carvão, o os reflorestamentos já existentes. (Página 7)

Deficientes querem ser bem compreendidos

As oposições estão receosas de que alterações venha a ser feitas na atual legislação, a fim de favorecer o partido do governo nas eleições gerais de 82. Medidas casuísticas como o voto distrital, o **distritão**, a sublegenda, a prorrogação de mandatos, a vinculação total de votos e a proibição das coligações partidárias estão sendo preparadas pelo governo para encaminhamento ao Legislativo em meados de 81.

O vice-líder do governo, deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), reconhece que as medidas estão em estudo, mas não acredita que servirão de estratégia para o governo ganhar as eleições de 82. (Páginas 4 e 5).

PDS admite medidas casuísticas em 82

O preconceito do deficiente em relação a emprego no Brasil aumenta a cada dia. É grande o número de pessoas internadas em hospitais que tratam desses pacientes. Aqui em Brasília, por exemplo, dos 370 membros da Associação dos Deficientes Físicos de Brasília, apenas um está seguramente empregado, enquanto outros 60 estão à espera ou à procura de empregos, em que normalmente são recusados.

Segundo o presidente da Associação dos Deficientes Físicos de Brasília, Benício Tavares, o maior defeito está na falta de esclarecimento junto à sociedade brasileira, que pensa que o deficiente, além de ter um problema físico, não está preparado psicologicamente para o trabalho. (Página 3)

Arte do Grupo Escultura na Rodoviária

Seios coloridos, cores que deixam ver bem os poros, os bicos. Corpo de mulher, frutas, pernas que se abrem para o mundo. Tudo isso fará parte do cenário da Rodoviária a partir do dia 11 de novembro próximo. São obras de arte do grupo **Esculturas** classificadas no III Documento de Arte Contemporânea do Centro-Oeste.

Nelson Maravalhas, Wanderley, Elisa e Vicente Martinez, componentes do grupo, apresentaram a proposta **Invasão das Esculturas** como forma de preservar as Artes Visuais. Neste III Documento de Arte Contemporânea do Centro-Oeste inscreveram-se 133 artistas com 380 obras; foram selecionados 65 com 118 obras. (Página 6)

MULHERES IVADEM O JORNALISMO APESAR DA DISCRIMINAÇÃO

TEXTO: Odília M. A. Bohrer

O número de mulheres que exercem a profissão de jornalista em Brasília é cada vez maior. Segundo dados fornecidos por um estudo feito pela ala feminina do Sindicato dos Jornalistas do DF, "Perfil da Mulher Jornalista em Brasília", o número atual de homens na profissão é maior, entretanto o ingresso na profissão é predominantemente feminino. Também na UnB, 60% dos alunos de Jornalismo são mulheres. A pesquisa apurou que quase um terço das mulheres (31,2%) tem até dois anos de profissão, enquanto que entre os homens o percentual é de 14,2%. O estudo afirma, ainda que a mulher sofre discriminação salarial e de funções.

SALÁRIO

O levantamento indica que há uma clara discriminação salarial contra a mulher jornalista, tanto nas empresas locais quanto nas sucursais dos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A jornalista Leda Flora, que atualmente trabalha no **O Estado de S. Paulo**, no entanto, não reclama de salário. Ela disse, inclusive, que já foi o maior salário da sucursal do **Jornal do Brasil** em Brasília, e atribui a isso os seus 10 anos de profissão. Porém, ela fez questão de frisar que seu caso não deve ser tomado como base, e que tem consciência de que a discriminação existe. Para ela, o jornalismo é um mercado estreito e que paga pouco, o que leva os homens a procurarem novos caminhos e a deixarem o campo aberto para as mulheres.

Para o jornalista Pompeu de Souza, presidente da sede de Brasília da Associação Brasileira de Imprensa, o trabalho feminino ainda é bastante explorado em relação ao masculino, e a nível salarial, há ainda um

resíduo de preconceito. Mas se defende dizendo que em sua experiência pessoal jamais agiu de forma discriminatória em relação ao trabalho feminino. Citou como exemplo o tempo em que dirigiu o setor de fascículos da Editora Abril, composto de 50% de mulheres e nenhuma sofria qualquer desigualdade salarial. Pompeu classificou de "odiosa" qualquer atitude discriminatória em relação à mulher.

DIFFICULDADES PARA CHEFIAR

A pesquisa do sindicato concluiu que "a baixa remuneração da maioria das jornalistas de Brasília está relacionada, entre outros fatores, às tarefas e funções que lhes são atribuídas. O estudo indica que 5,9% das mulheres ocupam cargos de chefia, e entre os homens a porcentagem é de 15,8%. Um trecho das conclusões da pesquisa diz que "nas respostas foi muito enfatizado que, quando uma jornalista consegue um "furo" ou uma promoção, surgem quase sempre comentários de que ela os obteve não pela competência, mas por ter-se prevailecido do fato de ser mulher". Sobre isto, Leda Flora afirma que é "quase impossível para os homens aceitarem a idéia de que devem acaiar ordens de uma mulher". Ela diz que certa vez ocupou um cargo de chefia, e os colegas homens, principalmente os de mais de 40 anos, o mínimo que comentaram foi que ela tinha transado com o patrão. Leda observa que a geração mais nova já encara uma situação destas com naturalidade.

A CATÁDE MARIDO

No Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília, professores e alunos divergem quanto a indagações sobre os motivos da predominância de mulheres nos cursos de jornalismo. Há quem atribua ao modismo da década de 60, quando ingressar nesse curso era considerado "chic". As alunas de jornalismo entrevistadas acreditam que estão seguindo o caminho porque desejam ter uma vida profissional longa e participante. Dizem que, na verdade, a mulher começa a expandir seu potencial em todas as profissões, e que o jornalismo é apenas uma delas. Segundo Pompeu de Souza, a partir de 1949, as moças começaram a ingressar nos cursos de comunicação porque eles adquiriram a fama de serem fáceis e, inclusive, passaram a ser chamados de "espera-marido".

PIONEIRA NO RIO

Pompeu descreveu com humor um episódio que ilustra os primórdios da mulher no jornalismo, no tempo em que não havia nenhuma mulher nas redações dos jornais do Rio de Janeiro. Foi por volta de 1949. Ele trabalhava no **Diário Carioca**, e praticamente todos os dias se reunia com os colegas, após o expediente, para ceiar e trocar idéias durante toda a noite em um restaurante que ficava aberto. Certo dia, alguém chegou com a notícia de que na redação de **O Jornal** havia uma jornalista. A reação de todos foi de

grande assombro. Tratava-se de Elvira Lordeiro de Melo, hoje Procuradora-Geral do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Segundo Pompeu, Elvira passou por situações curiosas. Uma delas é que nos jornais só havia instalações sanitárias para homens: cada vez que ela ia ao banheiro, precisava pedir a um colega que vigiasse a porta. Simplesmente na época não havia infra-estrutura para a mulher, não passava na cabeça de nenhum

arquiteto ou construtor que o sexo frágil fosse ser repórter de jornal. Pompeu, com um largo sorriso, conta que os atributos físicos de Elvira foram cantados em prosa e verso nas reuniões boêmias dos repórteres. Até que um dia Elvira começou a participar das ceias e acabou casando com o jornalista Carlos Castelo Branco, com quem permanece até hoje.

Região Centro-Oeste terá TRT com sede em Brasília

TEXTO: Adelina Nara Rodrigues

Dentro de dois meses o Congresso já deverá ter apreciado a Mensagem Presidencial nº 401/80, que cria a 10ª Região da Justiça Trabalhista e o Tribunal Regional do Trabalho em Brasília. Segundo Edson Teixeira da Costa, Diretor Geral da Procuradoria do Tribunal Superior do Trabalho, "acredita-se que logo após a apreciação e aprovação da mensagem, a instalação do TRT em Brasília será imediata". Para José Neves Filho, Presidente do Sindicato dos Comerciantes do DF, "a instalação do TRT beneficiará principalmente os empregados".

Atualmente o DF vincula-se ao TRT da 3ª Região (MG, GO e DF) com sede em Belo Horizonte. José Neves afirma que a falta do TRT em Brasília só traz benefícios ao empregador. "Não existindo órgão de segunda instância o patrão manda o empregado entrar com recurso sem o menor receio, pois garante que a questão vai demorar de dois a três anos. O empregado então se vê obrigado a entrar em acordos humilhantes."

A Justiça do Trabalho é composta de 3 instâncias: Juntas, TRT e TST. Brasília tem 8 Juntas, e segundo José Antônio Zanini, Vice-Presidente do Sindicato dos Comerciantes, "correm de 1.700 a 2.200 processos, por ano, em cada uma dessas juntas. Isso sem contar que a Região Centro-Oeste tem 14 Juntas e que, só nas 8 Juntas de Brasília, a movimentação é superior ao somatório da 7ª (CE, MA, PI) e 8ª (AM, PA, AC e Territórios Federais: Amapá, Rondônia e Roraima) regiões juntas."

Zanini não sabe dizer exatamente o número de recursos de Brasília que correm, por ano, em Belo Horizonte. Mas garante que, "se mais processos não vão a recurso deve-se tão e exclusivamente à falta do TRT e de informação por parte do reclamante". O empregado, muitas vezes, não sabe que pode ter seu processo julgado em 2ª e 3ª instância e por isso se vê prejudicado. "Desta forma os princípios tutelares da Justiça de Trabalho não são cumpridos, e continua desprotegida a maioria fraca".

José Neves acha que a inexistência do TRT no DF faz com que grande número de empregados desta região façam acordos humilhantes. Para ele, quando o empregado se vê obrigado a entrar em acordos injustos, o juiz, por sua vez, está extrapolando uma das funções da Junta, que é a de conciliar. "Existe uma imposição. Vamos fazer um acordo porque é melhor um péssimo acordo do que

uma boa demanda — e eu não aceito isso, pois é aí onde o empregado é roubado dos seus direitos".

O Presidente do Sindicato dos Comerciantes acha que a presença de uma representação política para o Distrito Federal é muito importante para os trabalhadores. "A falta dessa representação contribuiu, decisivamente, para a demora da criação do TRT: agora se trata da 10ª Região quando Brasília poderia ter sido a 9ª, que é do Paraná. Nós somos castrados politicamente, não houve peso político para engrossar nossa luta, diferentemente do que aconteceu com o Paraná, onde houve uma movimentação política enorme e se conseguiu a instalação do TRT primeiro".

— A representação política vem trazer sérios benefícios para a população do Distrito Federal. Não podemos ficar sem falar num regime democrático, e ao mesmo tempo constataremos a existência de um Tribunal Regional Eleitoral, quando no Distrito Federal não se realizam eleições. Segundo Neves, "a gente denuncia a ausência de inspeção, a falta de capacidade técnica do Ministério do Trabalho e não adianta nada, temos que nos valer do Legislativo".

Neves considera que a instalação do TRT é uma vitória dos trabalhadores e que agora eles devem continuar lutando pela representação política no Distrito Federal. Ele acha essencial que os Departamentos Jurídicos dos Sindicatos fiquem atentos para poder servir suas categorias quando na instalação do TRT. "A gente já sente, aí nos bastidores, uma tremenda movimentação política a nível de composição do Tribunal, principalmente quanto à representação classista, que são os empregados e empregadores."

Em maio último foi realizado o II Simpósio Pré-Criação do TRT Centro-Oeste. Vários ministros do TST compareceram e manifestaram o apoio para a criação do TRT, inclusive o Ministro da Justiça, que mandou um representante para expor sua posição favorável. Neste Simpósio chegou-se à conclusão de que, se a região Centro-Oeste é vista como uma das áreas de opção do governo, como solução para o próprio país, com a incrementação de um pólo de desenvolvimento centro-oesteño inclusive a agricultura nos cerrados, torna-se inevitável a criação do TRT na região.

A instalação do TRT na Região Centro-Oeste, com sede em Brasília, deverá ocorrer até o começo do ano que vem.

CAMPUS

JORNAL LABORATÓRIO DO DEPT. DE COMUNICAÇÃO DA UNB

JORNAL-LABORATÓRIO Nº 32

UNIVERSIDADE

DE BRASÍLIA (UnB)

DEPARTAMENTO

DE COMUNICAÇÃO

NOVEMBRO 1980

Publicação Mensal do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Edição e Programação Visual a cargo das disciplinas "Técnicas de Jornal e Período I" e "Paginação e Revisão". Campus Universitário, Asa Norte, 70.000, Brasília, DF.

Diagramação: Sylvio Guedes (págs. 1, 4 e 5)

Gerson Macedo (págs. 7 e 8)
Josimar de Gusmão Lopes (pág. 6)

Márcia Marco Peres (pág. 3)
Elizabeth Bohrer (pág. 2)

Logotipo: Francisco de Assis Moreira

Deficientes físicos querem igualdade no mercado de trabalho

TEXTO: Margareth Myasaki

Dos 370 membros da Associação dos Deficientes Físicos de Brasília, apenas um está seguramente empregado, enquanto outros 60 estão à espera ou à procura de empregos, em que normalmente são recusados. A atual baixa de oferta de trabalho no país tem causado um sensível agravamento da situação dos deficientes, que agora a seu problema social vem somando um novo fator, o econômico.

Como explica o presidente da Associação dos Deficientes Físicos de Brasília, Benício Tavares da Cunha Melo, o maior problema enfrentado pelos deficientes é conseguir trabalho, "pois todo mundo está encontrando dificuldades no país de desempregados". Assim, além de estar no contexto nacional, os deficientes já vinham sofrendo pressões devido ao problema de ordem física, que segundo ele "não prejudica o trabalho, mas é apenas um preconceito que a sociedade tem, e que é causado pela falta de esclarecimento dessa sociedade".

O único associado que conseguiu emprego está trabalhando no Ministério da Fazenda, após passar por um concurso. Houve tentativa de impedir que ele assumisse o cargo. Após o resultado da aprovação foi convocada uma junta médica que lhe deu resposta negativa, isto é, dizendo que ele não tinha possibilidade de trabalhar. O jovem recorreu ao mandado de segurança e ganhou a causa. Hoje está conseguindo executar seu trabalho normalmente. Para facilitar seu acesso ao estabelecimento, o Ministério da Fazenda começou a construir rampas no lugar de escadas.

Apenas quanto a escolas não há problemas muito sérios. A dificuldade mais comum é o de adaptação nas próprias escolas. Segundo Benício Tavares, com o tempo isso poderá mudar e não há queixas maiores, pois são muito bem recebidos pela secretária da Educação do Distrito Federal, Eurides Brito.

Na tentativa de fortalecer e dar maior coesão entre os paraplégicos, foi criada a Associação dos Deficientes Físicos de Brasília, ADFB, no dia 30 de julho de 1979, com sede no Edifício Venâncio III, sala 208. Esta Associação está vinculada ao movimento denominado Coalizão Pró-Formação de uma Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes.

A Associação desenvolve um trabalho voltado para os objetivos gerais e para as necessidades básicas dos deficientes físicos, como a falta de trabalho, o transporte, acessos a locais públicos e atendimento hospitalar, ainda deficitário no país.

Conforme declarou Cristina Bravo, da Assessoria de Comunicação Social do Hospital Sarah Kubitschek, inaugurado há um mês e em pleno funcionamento com áreas de ambulatório, cirurgia e fisioterapia atendendo pacientes de todas as partes do Brasil, principalmente do Rio Grande do Sul, Norte e Nordeste, a maioria dos pacientes são pessoas que sofreram acidentes e os de paralisia infantil. As pessoas com problemas de paralisia infantil normalmente apresentam também problemas financeiros, de instrução cultural e em alguns casos de falta de informação.

O Hospital do Aparelho Locomotor, o Sarah, conta com 30 médicos e com os mais sofisticados equipamentos, nacionais e estrangeiros. Mantém sob observação constante cerca de 50 pacientes, entre os quais 40 estão internados a mais de um mês. Possui quatro psicólogos para a recuperação psicológica dos pacientes.

Os psicólogos do Hospital apenas iniciam a fase de recuperação. O esforço maior para inserir os pacientes novamente à sociedade, para que retomem sua posição, é feita pela ADFB, a quem o Sarah deu incentivo para a criação e desenvolvimento. Como disse Cristina, o Hospital Sarah emprega deficientes, como uma forma de animá-los e ajudá-los, "diante da atual conjuntura econômica do país e a falta de empregos", o que causa um clima de pessimismo e insegurança nos deficientes. Segundo estatísticas mais recentes, o Brasil possui cerca de 12 milhões de deficientes físicos, em grande parte desempregados.

Um outro problema comentado por Benício Tavares, como representante dos membros da Associação, é que o Plano Piloto é uma cidade favorável aos paraplégicos, mas não se pode dizer o mesmo das suas cidades satélites, como a Ceilândia e o Gama, pelas dificuldades de utilização dos meios de transportes coletivos e pela falta de urbanização.

Assim, para atender as reivindicações dos deficientes físicos, realizou-se o I Encontro Nacional dos Deficientes Físicos, de 16 a 26 de outubro, em Brasília, contando com mais de 300 pessoas de 15 estados brasileiros entre os quais São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Pernambuco e Mato Grosso do Sul.

QUE AS PROPOSIÇÕES SEJAM CUMPRIDAS

Nesse Encontro a Associação de cada estado apresentou suas propostas relacionadas aos meios de transportes, educação, empregos, entre outras. Além disso, fizeram-se esclarecimentos, a fim de habilitar e conscientizar a comunidade das expectativas de cada deficiente, com a exposição das intenções de cada um na área de trabalho. A finalidade principal era conseguir que possam trabalhar e fazer com que boa parte da população conheça o movimento através de cartazes, rádio e televisão.

Pretendia-se também traçar diretrizes básicas para o ano de 1981, que será o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, pedindo que sejam cumpridas as leis em vigor, no caso, a Emenda Constitucional nº 12, que garante a todos os deficientes igualdade no ensino, no trabalho e acesso a locais públicos.

Para esse Encontro foi organizada uma comissão oficial, nomeada pelo Governo. Nessa comissão nenhum dos membros da Associação foi incluído como participante, o que os deficientes consideram uma injustiça, pois esse I Encontro Nacional dos Deficientes Físicos foi organizado especificamente para atender seus interesses junto à sociedade e ao Governo. A falta de colocação de uma pessoa nessa comissão significou também a falta de uma força maior para que as reivindicações sejam atendidas, embora eles confiassem na capacidade e na sinceridade de seus membros. Os nomes das pessoas para fazerem parte da comissão não foram sequer levados ao conhecimento da Associação com antecedência.

No oitavo dia de realização do I Encontro, dia 23 de outubro, foi abordado um dos principais temas, Transportes e Acessos a Locais Públicos, pelo Ministro dos Transportes Eliseu Rezende. O ministro lançou no dia de sua palestra um adesivo com os seguintes dizeres: "Este Assento está Preferencialmente Reservado a Portadores de Deficiências Físicas" e o Caderno de Recomendações com uma série de estudos que se pretende encaminhar para várias prefeituras. No Caderno de Recomendações estão

contidas várias medidas que deverão ser tomadas, entre as quais o rebaixamento de calçadas nos locais de travessia, viabilizar passarelas com rampas e pisos antiderrapantes onde o tráfego for mais carregado, sinalização específica para os deficientes e para os motoristas, a fim de propiciar o tempo mínimo de um minuto para a travessia nos locais semaforizados, entre outras.

Todos os programas para beneficiar os deficientes físicos e visuais vêm sendo elaborados pela Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos — EBTU. E segundo o assessor de Estudos e Articulação dessa empresa, Danilo Ferreira Venturini, que traçou as metas desses programas, o objetivo é beneficiar também as pessoas cegas, idosas, gestantes e com dificuldades de coordenação motora.

FAVORECER TRANSPORTES

Pretende-se implantar nos meios de transportes formas e condições que possibilitem os deficientes a utilizá-los. Assim, muitas adaptações serão feitas. Nos planos, está incluída a reformulação dos ônibus. Entre essas mudanças constam o rebaixamento dos degraus, introdução de rampas e alargamento das portas. Será também feita a redistribuição espacial no interior dos ônibus, a substituição da roleta e na frente serão reservados dois lugares só para os deficientes.

Nos programas estão contidas várias campanhas em sua maioria educativas. Uma será dirigida aos próprios deficientes físicos, a fim de esclarecê-los quanto ao uso adequado dos equipamentos de tráfego aos quais passarão a ter acesso nas cidades e a outra visará sensibilizar e conscientizar as pessoas em relação ao tráfego de deficientes.

Uma outra campanha, já no campo do trabalho, será dirigida aos empresários das empresas de ônibus para se conseguirem empregos como cobradores aos deficientes.

Além dos ônibus, as estações de metrô de São Paulo e do Rio de Janeiro seguirão as normas de adaptação para facilitar o uso e a locomoção dos deficientes. O presidente do metrô de São Paulo já enviou carta à Empresa Brasileira dos

Transportes Urbanos, dizendo que a solicitação feita será aplicada nas novas estações do metrô.

O que se pretende fazer a curto prazo é a colocação de 200 kômbis para o transporte dos membros da Associação dos Deficientes Físicos de Brasília. Os paraplégicos e as pessoas com outras deficiências serão induzidas a procurarem a Associação e a se filiarem a ela. A partir daí serão realizados mapeamentos do trajeto de trabalho e residência de cada um.

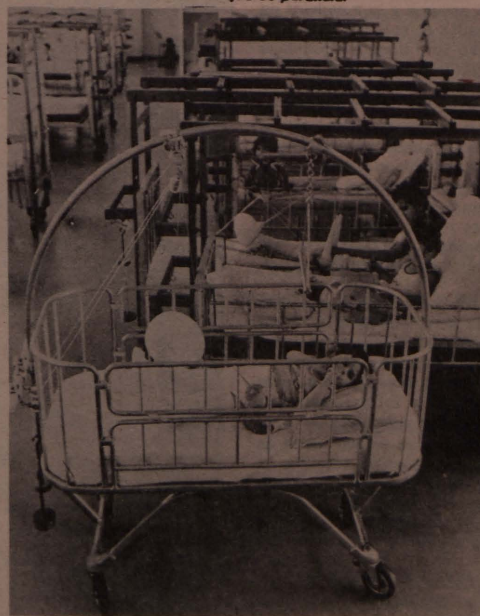
A preocupação é como conseguir kômbis. Propostas foram feitas no sentido de fazer um pedido à Telebrasil para que cedam seus carros em épocas que estejam ociosos. É uma proposta que ainda não foi colocada em prática por falta de meios de transportes disponíveis.

Dos programas traçados pela Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos — EBTU, cabe a ela a execução dos projetos de infra-estrutura viária. Quanto às outras medidas a EBTU buscará apoio do MEC no caso das campanhas educativas. Tentativas de convênios serão feitas com a Caixa Econômica Federal e com o Ministério da Previdência Social em linhas de créditos para a compra de cadeiras de rodas e outros equipamentos, porque a maioria dos deficientes não dispõe de recursos.

Segundo Danilo Ferreira Venturini, não é possível ainda se avaliar o custo total dos programas, porque a liberação de recursos será feita à medida que as soluções forem tomadas. Danilo espera que todos os programas, elaborados com base na Engenharia de Tráfego de São Paulo e nas opiniões da Associação dos Deficientes Físicos, sejam aprovadas e colocadas em prática.

Os membros da Associação também esperam resultados positivos desses programas, o I Encontro Nacional dos Deficientes Físicos e do Ano Internacional das Pessoas Deficientes no próximo ano. Como disse Benício Tavares, presidente da Associação dos Deficientes Físicos de Brasília, "o que nós queremos são soluções concretas e não apenas verbas como aconteceu no Ano Internacional da Criança no ano passado: muito dinheiro e nada se fez".

O Hospital Sarah atende mais casos de acidente que de paralisia.



MEDIDAS CASUÍSTICAS NAS ELEIÇÕES

TEXTO: Angélica Lima
Fotos: Luba

As oposições receiam que o governo altere a regra do jogo para garantir a sua maioria no Congresso, nas eleições de 82. E, para sua má sorte, a liderança do PDS já admite que existem, realmente, estudos relativos ao voto distrital, à sublegenda para governador e ao voto vinculado sendo preparados para encaminhamento ao Legislativo em meados de 81.

Quem reconhece essa possibilidade é o vice-líder do governo, deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), e o deputado Hugo Napoleão (PDS-PI) confirma que, "em se tratando da hipótese do governo, ou do PDS, manter a maioria das eleições em 1982, tudo pode acontecer". No entanto, Bonifácio de Andrada afirma não ver a questão das medidas como uma estratégia governista para ganhar as eleições de 82 porque, segundo ele, nenhuma delas dá garantias de vitória ao governo.

Já o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) discorda radicalmente, alegando que, se feitas as alterações nesta fase, o objetivo não será outro senão uma tentativa de fraudar o resultado eleitoral. Segundo ele, é tudo uma questão de democracia: "O Brasil precisa somente de praticar eleições pelo sufrágio direto". O único problema para ele é que o governo não age legalmente quando se trata de defender seus interesses. "Este governo tudo pode e tem feito tudo o que pretende, seja através de sua submissa maioria no Congresso, seja através de mensagens aprovadas no ridículo expediente do decurso de prazo", afirma.

NINGUÉM QUER VOTO DISTITAL

Outra medida que a oposição está convencida de que o governo pode vir a adotar é o chamado **distritão**. Entretanto, Bonifácio de Andrada não crê na viabilidade de sua adoção, alegando que a medida fere o princípio da proporcionalidade. Hugo Napoleão, ao contrário, acha que o **distritão** corrigiria "algumas imperfeições do sistema proporcional; por exemplo, é injusto que um deputado que tenha tido 50 mil votos não seja eleito em detrimento de outro que teve 20 mil e assume a sua cadeira na Câmara por causa do voto por legenda".

Quanto ao voto distrital, Bonifácio de Andrada garante que não há ainda nenhuma definição do governo. De modo geral, parece estar havendo uma animosidade contra esta medida por parte dos parlamentares. De acordo com o deputado mineiro, ela acaba sendo uma arma de dois gumes para os partidos porque o distrito com um deputado poderia favorecer o PDS nas regiões rurais mas, por outro lado, ajudaria as oposições nas regiões de maior concentração populacional.

O deputado Pimenta da Veiga acha que a medida seria aceitável se fosse adotada com intenção de aperfeiçoamento democrático, prevendo por exemplo o 2º turno de votação. Mas diz ter certeza de que, se ela vier a ser proposta, terá como objetivo obter a maioria no Congresso. "Não creia na possibilidade de rejeição, porque ao receber a ordem os deputados governistas obedecerão direitinho. Está provado que o governo não tem intenção de transigir, que o governo cede tudo, menos aquilo que afete o seu poder", diz.

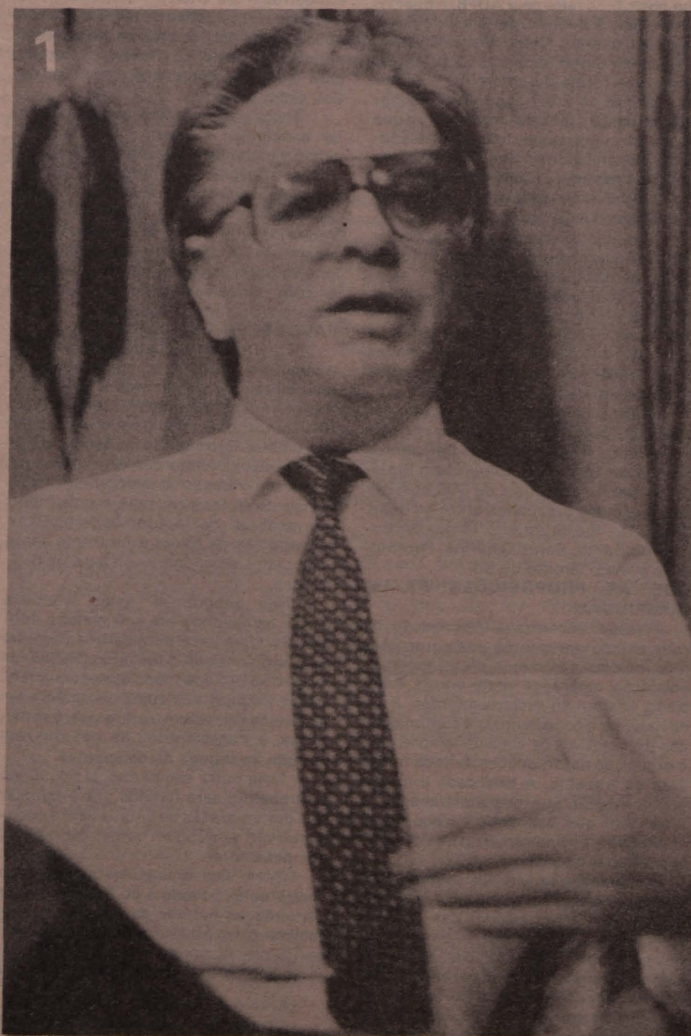
UMA DEMOCRACIA HONESTA

Quanto às coligações, Pimenta da Veiga acha que o governo pode tentar

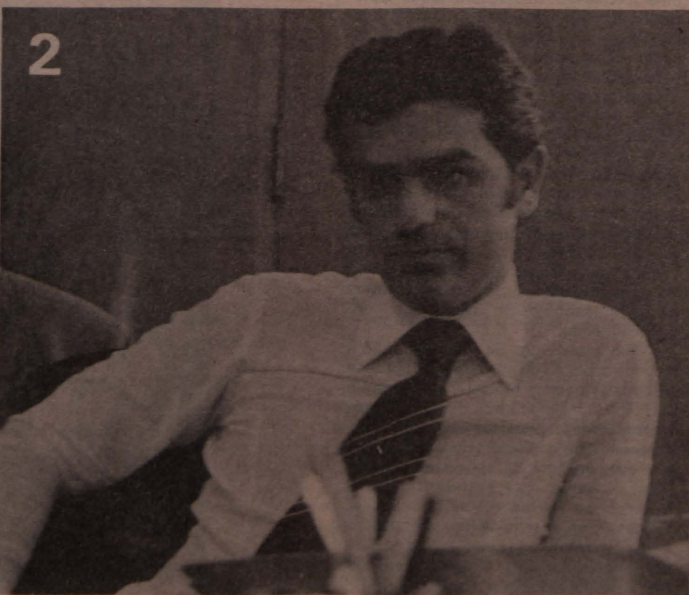
impedi-las, mas acha difícil porque "mesmo com impedimento legal, não se pode impedir que determinado partido, em certo estado, deixe de apresentar candidato a alguma função e apoie, ainda que não oficialmente, o candidato de outros partidos."

Para o deputado da oposição, se o governo pretende praticar a democracia correta e honesta, a receita é simples: convocação de uma assembléia nacional constituinte e eleições gerais em todos os níveis pelo sufrágio direto, de vereador a presidente da república. E vai mais longe: o governo pode inventar os casuísticos que quiser que, na Câmara, ele perderá a maioria. No Senado não, por causa dos biônicos, que têm mandato de 8 anos — desde o pacote de abril, em 1978.

De opinião contrária à de seu colega, o deputado Hugo Napoleão afirma que, ainda que não seja dado a exercícios de futurologia, ele crê na vitória do PDS, e cita um ditado nordestino quando indagado se as medidas serão mesmo aplicadas: "Fundo de urna, cabeça de juiz e pata de mula não há que fiar." E completa: "É forçoso reconhecer que o partido vem empreendendo todos os esforços no sentido de manter a maioria nas duas casas do Congresso."



1 Itamar: oposição dividida pode perder.



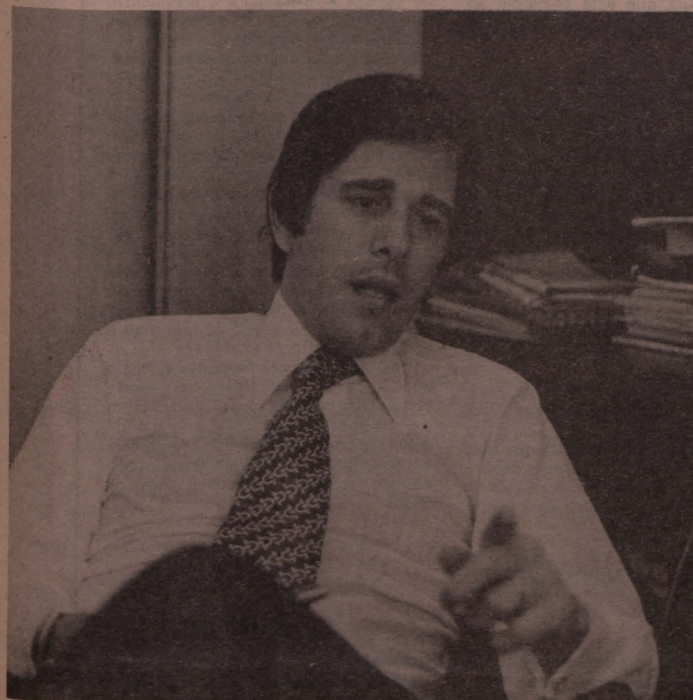
2 Veiga: Governo cede tudo, menos o que o afete.



3 J. Maurício: reaglutinação dos partidos é uma alternativa.

AMEAÇAM OPOSIÇÃO

DES DE 82



Napoleão: Tudo se fará para que PDS ganhe.

MEDIDAS IMORAIS

Para Pimenta da Veiga, "a sublegenda e a vinculação de votos são algumas das piores e mais imorais medidas que possam ser sugeridas no presente quadro, porque o voto da sublegenda é a negação do sistema multipartidário, e o voto vinculado tira totalmente a opção do eleitor. O distrito se enquadra na mesma situação do distrito: é a morte dos partidos."

O senador Itamar Franco (PMDB-MG) acha que o governo deveria mandar, junto com o projeto das eleições diretas, as regras que elas devem seguir. "Por que não determinar hoje as regras com clareza, assumir um compromisso perante a nação, de que elas serão respeitadas? Isso eles não fazem", diz o senador.

Segundo ele, é difícil acreditar em medidas como essa, porque o que hoje está na Constituição, amanhã poderá não estar. "É uma maioria dócil, sem vontade parlamentar. Portanto, o processo poderá sofrer, no decorrer desses dois anos, profundas alterações. O que eu temo é que as forças da oposição, divididas, poderão ser derrotadas, face aos possíveis casuísmos que por certo virão".

FUSÃO PODE SOLUCIONAR

A prorrogação de mandatos, por mais dois anos, para prefeitos e vereadores já é uma causa ganha pelo governo, nesse esquema de briga pela manutenção da sua maioria no Congresso. O descrédito que o governo vem sofrendo junto ao povo afetaria a tentativa de reeleição de seus políticos e, ao perder a maioria no Congresso e nas Assembleias, consequentemente ele perderia a maioria no Colégio Eleitoral.

A oposição está perplexa. Até agora, sua única reação é acenar com a fusão. O senador Itamar Franco se posiciona claramente quanto a essa questão: "Se

não rompermos 82, democraticamente unidos, dificilmente romperemos 84 com possibilidades de modificação no panorama político nacional."

E continua o senador: "Num conceito parlamentar, entendo que as forças da oposição deveriam se aglutinar para que tivéssemos, ainda em 82, o confronto democrático, via eleitoral, entre o governo e oposição. Iludir-nos que o governo não é competente nos seus casuísmos, que ele não trabalha sobre um planejamento é o nosso mal."

Tanto o senador Itamar Franco quanto o deputado Pimenta da Veiga afirmam que "se deixássemos de lado as nossas vaidades pessoais e os nossos problemas regionais, poderíamos fazer esse confronto democrático".

UM NOVO MDB

O deputado José Maurício (PDT-RJ) concorda que uma das alternativas contra as possíveis alterações na legislação é, realmente, a reaglutinação dos partidos e sua visão vai de encontro a uma questão vital, entre todos eles: "Qual a real unidade que o povo quer?"

O deputado do PDT, na verdade, questiona qual das propostas de trabalho dos cinco partidos da oposição deverá ter a soberania, caso a hipótese da reaglutinação ganhe personalidade.

E é exatamente por causa da

"vaidade de todos" — questão levantada pelos dois parlamentares do PMDB — que a oposição pode se enfraquecer definitivamente, ante a indivisibilidade, melhor dizendo, a união do partido do governo.

Possivelmente, se se fundissem os partidos novamente, e se se criassem uma nova sigla que não PMDB, nem PP, nem PTB, nem PDT nem PT, a fim de contentar a todos, se teria então, sob quaisquer circunstâncias, condições de competir em pé de igualdade com o PDS nas eleições gerais de 82.

O senador Itamar Franco reforça seu ponto de vista com um apelo: "As oposições não deveriam enxergar apenas 82. Nós mudaremos o sistema que está aí? Se, de um modo geral, as oposições brasileiras têm um ponto em comum que é a luta pela Assembleia Nacional Constituinte, por que não permaneceremos unidos até conseguirmos esta convocação, quando então ela, a Constituinte, normal e livremente, com a participação de todos os segmentos sociais da nação, nos iria separar ideologicamente?"

AS MEDIDAS

VINCULAÇÃO TOTAL DOS VOTOS

O eleitor é obrigado a votar, para todos os cargos executivos e legislativos, em candidatos de um mesmo partido.

VOTO DISTRITAL — O eleitor de um determinado município só poderá votar no candidato a deputado daquele município, e em nenhum outro mais. A eleição passa, assim, a majoritária, vencendo o candidato mais votado no distrito.

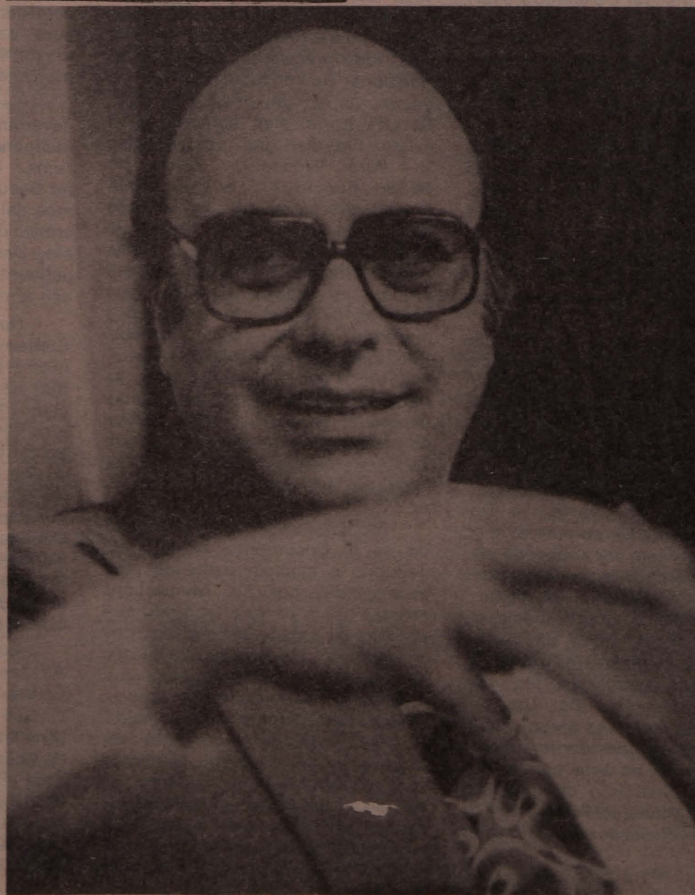
DISTRITÃO — O estado todo é o distrito eleitoral. Não há o voto de legenda (opção que o eleitor tem de votar na chapa ao invés de num candidato), só sendo eleitos os mais votados em relação ao número de cadeiras para o cargo.

SUBLEGENDA — Permite que dois ou mais candidatos de um mesmo partido disputem o mesmo cargo, somando os votos para o partido. Elege-se não o mais votado individualmente, mas o mais votado do partido que somar maior número de votos.

PRORROGAÇÃO DE MANDATOS — O PDS este ano ampliou o mandato de vereadores e prefeitos para que haja coincidência nas eleições de 1982. Fala-se agora em prorrogar os mandatos de senadores e deputados em 82.

COLIGAÇÃO — Medida da oposição. Registra os candidatos de vários partidos aos vários cargos, podendo o eleitor votar nessa chapa coligada. Ex.: vota no PMDB para governador, PDT para vice-governador e no PP para senador. Mas há notícias de que a maioria governista vai proibi-la.

Bonifácio: medidas não dão garantia de vitória ao governo.



Galerias de Arte são pouco visitadas pelo brasileiro

TEXTO: Nara Lúcia Rodrigues Canale.

As cinco galerias de arte que funcionam regularmente no Distrito Federal andam vazias, para tristeza dos artistas da região Centro-Oeste, que têm aqui seu mercado de trabalho e ponto de partida para os centros mais desenvolvidos como Rio, São Paulo e Porto Alegre.

Segundo opiniões dos donos das três galerias da cidade, o mercado ainda deixa muito a desejar em termos comerciais porque as pessoas ainda não aprenderam a encarar obras de arte como objetos que só tendem a valorizar.

GALERIAS

As galerias de cunho exclusivamente comercial são: **Opus**, localizada no Lago Sul; **Parnaso**, na 102 Norte; e **Oscar Seraphico**, no Setor Comercial Sul, Edifício Gilberto Salomão. Apenas as duas últimas possuem uma programação ininterrupta por cerca de dois anos. A Galeria Opus, segundo opinião de donos de outras galerias, não durará muito, por não oferecer uma boa programação constante e por isto mesmo não sustentar os gastos que sua manutenção impõe.

Existem ainda as galerias chamadas oficiais — Funarte e da Fundação Cultural — e as "oficiosas", que apenas

promovem alguns artistas com fins publicitários para ambos, tais como a galeria da CTE, da Vasp e Aliança Francesa.

LUCROS

Maria Angélica Borges, da Funarte, e Francisco Landin, da Fundação Cultural, disseram que estas galerias não têm cunho comercial, mas, apenas, cultural. Na Funarte, que tem apoio do Governo Federal, todo o lucro das vendas fica para os artistas, enquanto a Fundação Cultural do Distrito Federal desconta 20% sobre as obras vendidas para financiar montagem, catálogos, convites e toda divulgação. Já a Parnaso, que visa lucros, ainda está com um movimento abaixo das expectativas. Seu público é considerado de vanguarda, classe média que compra quadros mesmo que sejam vendidos a crédito. Na Galeria Oscar Seraphico, a maior procura é da alta classe média, segundo Jorge Lima, gerente da loja. As duas últimas galerias têm um lucro de 33% sobre os preços estabelecidos pelos autores para suas obras.

Jorge Lima afirma que a galeria vende bem: cerca de 20 quadros por mês. A maior parte das exposições são de artistas consagrados de outros Estados

(principalmente Rio e São Paulo), que cobram, em média, Cr\$ 25.000,00 por obra. Na galeria Parnaso, a média dos preços dificilmente ultrapassa os Cr\$ 10.000,00. Geralmente são artistas novos da região que expõem, pois o objetivo de Jorge de Souza, da Galeria Parnaso, é valorizar os artistas da região Centro-Oeste. A longo prazo, Jorge de Souza acredita que este comércio de artes poderá se tornar um negócio muito rendoso.

ARTISTAS DA REGIÃO

Segundo a crítica especializada, Brasília tem um grande grupo de bons artistas como: Glênio Bianchetti, Leda Watson, Minie Sardinha, João Evangelista. Os trabalhos destes artistas vêm confirmar a afirmação de Jorge de Souza, de que se pode prescindir do convívio com os gênios da matéria, geralmente radicados no eixo Rio-São Paulo, pois a arte é "subjetiva e intimista"; Para evoluir, conclui Jorge, em termos de nível técnico e comercial falta apenas o apoio do público, frequentando nossas galerias. Excetuando-se o Distrito Federal, ainda existe toda a riqueza artística dos demais estados da região.

Em Brasília, os artistas de mais aceitação este ano foram: Marlene Godoi Barreiros expôs na Fundação Cultural e vendeu toda sua coleção de 25 quadros; Rose Freedman e Vicente Souza venderam cinco quadros em 25 dias, na Galeria Oscar Seraphico e Hélio Alves e Evanir

Geraldo Viana com uma média de oito quadros vendidos na galeria Parnaso; quem também teve muito sucesso em sua última exposição na Fundação Cultural foi a tapeceira Minie Sardinha, que sempre vende muito bem pois já é conhecida do público.

O PÚBLICO

Segundo a crítica local, está faltando cultura artística para o brasileiro, que não tem costume de visitar galerias nem de comprar obras de arte. Talvez por não entenderem ainda que estas prestam um serviço cultural e estético que sempre se valoriza através do tempo.

Para Jorge de Souza, da Galeria Parnaso, estão faltando promoções que o próprio governo poderia incentivar dando apoio às campanhas publicitárias e outras promoções desta importante e desprezada forma de expressão cultural. Jorge acredita que os artistas brasileiros estão evoluindo, trabalhando muito e enfrentando o mercado com uma certa vantagem: o público está se mostrando mais interessado pela arte regional, por ser de preço mais acessível e ter mais a ver com sua percepção estética.

Os donos de galerias ainda afirmam que se percebe claramente a pobreza cultural das pessoas, que ainda compram o nome do artista que assina a obra. Além disso, parece haver uma certa relutância em se empregar capital em algo que não ofereça retorno perceptível para os leigos.

Exculturas invadem estação Rodoviária

TEXTO: Adelina Nava Rodrigues

Seios coloridos, cores que deixam ver bem os poros, os bicos. Costelas que se confundem com folhas de uma árvore gigante, corpo de mulher, frutas, pernas que se abrem para o mundo. Tudo isso fará parte do cenário da Rodoviária a partir do dia 11 de novembro próximo. São obras de arte do grupo **Exculturas** classificadas no III Documento de Arte Contemporânea do Centro-Oeste promovido pela Funarte.

Nelson Maravalhas, Wanderley, Elisa e Vicente Martinez, componentes do Grupo, apresentaram a seguinte proposta neste Documento: Invasão das Exculturas, uma atuação nos espaços da cidade de um modo plástico-visual. Para eles, as instituições culturais agem de maneira completamente distante da realidade brasileira. "Precisamos combater esse estado de coisas, que não deixa ver nenhuma perspectiva para as artes em Brasília, principalmente Artes Visuais."

O Grupo **Excultura** se propõe a sair das galerias e tem como objetivo colocar **elementos surpresas** nas ruas, através de objetos artísticos. A proposta do grupo é específica para Brasília, pois eles acham a cidade grande demais, com gramados enormes. E — acreditam — a dimensão humana em relação ao espaço de Brasília é muito pequena. "Respondendo a estes espaços vazios, culturais e urbanos propomos cobrir calçadas, praças, balões, gramados, calçadas, etc., com Exculturas. Essas exculturas funcionariam como uma terceira dimensão entre o homem e o espaço."

"Excultura é o reaproveitamento de materiais, reutilização do lixo como suporte e estímulo para

nossa manifestação. É uma conversa entre pessoas numa linguagem de significantes plásticos visuais; volumétricos, planos e gráficos. Queremos instigar o cidadão a exercer a crítica, a libertar suas fantasias, a interferir e a integrar-se no cotidiano da cidade. Pretendemos construir referências em forma de objetos que deem a justa medida da pessoa em relação ao espaço".

Nelson Maravalhas, componente do grupo, acrescenta que eles não querem levar arte ao povo. "Queremos contribuir, distribuir riquezas. Somos uma parcela do povo que produz arte e esta produção tem que ser vista por todos. O ideal são os lugares mais movimentados. Por quê?"

— Para Brasília e para as Artes Plásticas atualmente, a única saída, e a mais justa, mais humana, é sair às ruas. Se continuarmos com salões e exposições em salas a arte vai se distanciar mais das pessoas, perder suas ligações e morrer.

O QUE É O DOCUMENTO

Segundo a Funarte, "o Documento de Arte Contemporânea do Centro-Oeste tem por finalidade oferecer um panorama das atividades criadoras e expressivas da região." O Documento é uma espécie de Salão de Artes Plásticas, em que os artistas inscrevem até três trabalhos, nas diversas categorias: pinturas, escultura, desenho, etc. Um júri seleciona as melhores obras, isto é, aquelas que consideram como representantes da arte que se faz na região. Esse tipo de iniciativa tem gerado muita polêmica entre os artistas e interessados em artes plásticas.

Nelson Maravalhas, do Grupo **Exculturas**, tem uma opinião bem

particular sobre salões de arte. Ele acha que deveriam ser feitos mais salões, com propostas diferentes, acha que todos deveriam ter oportunidade de mostrar seus trabalhos. "Os ruins também devem aparecer porque se a arte é um documento da vida, tudo precisa ser visto. Filtrar, selecionar é como tampar um olho, é querer ver só um pedaço da vida. Documento é algo concreto, que existe. Pra que tirar um pedaço."

Para Wanderley, outro do Grupo **Excultura**, o Documento é uma alternativa para os artistas de Brasília, que não têm Museu de Arte Moderna ou Museu de Belas Artes. "Brasília é uma das cidades em que os artistas plásticos mais carecem de apoio. As instituições culturais do DF são politizadas, trabalham para embaixadas, senadores, etc. Pode não ser o caso da Funarte, mas acho que os artistas deveriam ter participação efetiva dentro da instituição. A Funarte só se interessa pelo produto, não se interessa pelo pensamento do artista."

Eurico Cordeiro, artista premiado no III Documento, acha muito pequeno o espaço reservado para esse tipo de exposição. "Muitos bons artistas ficam de fora, acredito que por falta de espaço, até por tamanho do trabalho". Ele sugere uma divisão das exposições por categoria, para melhor aproveitamento do espaço. "A obra de arte tem que ter espaço."

José Eduardo Garcia de Moraes, outro premiado, concorda com Eurico Cordeiro quanto ao espaço e à divisão das exposições por categorias. Para ele existe uma explicação muito simples para a procura que os artistas fazem desse tipo de promoção, mesmo gerando

insatisfações. "O Documento e promoções desse tipo são o único meio de mostrar trabalhos de artistas que não têm oportunidade nas galerias". O artista Flávio Ferraz acrescenta ainda que abre mercado para os novos e que só assim algumas galerias aceitam as propostas que surgem.

Flávio acha que as instituições deveriam abrir espaço para todos, independente de serem bons ou ruins. Orlando Luiz, selecionado no Documento, acha que não podemos deixar de ver o aspecto democrático desse tipo de promoção. Para ele o Documento abre espaço, principalmente para os novos, para os que não têm acesso às galerias.

Neste III Documento de Arte Contemporânea do Centro-Oeste inscreveram-se 133 artistas com 380 obras; foram selecionadas 65 com 118 obras. Fizeram parte do júri: Vicente Salgueiro, Diretor do Instituto Nacional de Artes Plásticas do Rio de Janeiro; Aderson Medeiros, artista plástico, Rio de Janeiro; Zuleica Medeiros, professora do Departamento de Artes da UnB; Luiz Humberto Martins Pereira, arquiteto, Brasília, e Douglas Marques de Sá, artista plástico e professor da Universidade de Brasília.

Eles premiarão 15 artistas: Alcides Pereira dos Santos (Mato Grosso do Sul); Adair Sodré (Mato Grosso do Sul); Eduardo Carreira (Brasília); Eurico da Rocha Filho (Brasília); Flávia Galisa (Brasília); José Eduardo Garcia de Moraes (Brasília); Jaqueline Fialho (Brasília); M. Luiz (Brasília); Maravalhas (Brasília); Nanche-Las-Casas (Brasília); Ralph (Brasília); e Wagner Hermuche (Brasília).

Ecosystema do cerrado é ameaçado pelo pinho e eucalipto

TEXTO: Joelita Araújo
FOTO: Sylvio Guedes

Um levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, através da Universidade do Paraná, chegou à conclusão de que o plantio de eucalipto nas regiões de cerrado é antieconômico pelo tempo de crescimento das espécies, pelos custos dos incrementos que ultrapassam a receita disponível e principalmente pelas plantações se localizarem a grande distância dos centros de processamento da celulose. Apesar disso, no Distrito Federal, as áreas de reflorestamento de pinho e eucalipto já alcançam mais de 21 mil hectares de efetivo plantio, fora as áreas previstas em projeto.

As áreas reflorestadas com pinho e eucalipto, em Brasília, têm mesmo fins industriais, apesar desta madeira ainda não ter sido aproveitada na produção de celulose. Ninguém sabe informar ao certo onde serão processadas essas matas. O assessor de imprensa do presidente do IBDF apenas sugeriu fábricas de Minas Gerais, sem, no entanto, afirmar nada de concreto. Em alguns projetos, consta a utilização de uma indústria de celulose em Niquelândia, Goiás.

Segundo José Imanas, professor do Departamento de Agronomia da Universidade de Brasília, estas florestas certamente serão canalizadas para a produção de carvão-vegetal devido à ausência de um sistema mais definido de escoamento para as áreas de produção de papel.

As firmas reflorestadoras plantam eucalipto também para ajudar a solucionar a crise de energia, que a cada dia se acentua mais, e ainda são motivadas pela disponibilidade de recursos e retorno rápido de capital. Segundo alguns projetos do IBDF, o plantio de eucalipto visa também proteger os mananciais de água para abastecimento da região e fornecer alimentos para a fauna. Além do mais, estas duas espécies, pinho e eucalipto,

têm uma grande capacidade de regeneração, o que permite, em curto espaço de tempo, três ou quatro cortes sem necessidade de nova implantação de povoamento, e os conhecimentos acumulados sobre as duas espécies estão muito além dos de qualquer outra.

Recentemente, em palestra proferida no II Simpósio de Energia do Hemisfério Ocidental, o presidente do IBDF, Mauro Reis, enfatizou a necessidade de implantação no Brasil, já em 1981, de 866 mil hectares de florestas energéticas para a produção de álcool e carvão, sem considerar a oferta de madeira das florestas nativas e de alguns reflorestamentos já existentes.

REFLORESTAMENTO NO CERRADO

O reflorestamento ou florestamento, no caso de ser a primeira floresta sistematicamente plantada, no DF, é feito em seguida ao desmatamento do cerrado, que é aproveitado como carvão-vegetal nos fornos de empresas siderúrgicas de Minas Gerais. As mudas são produzidas pelos próprios viveiros das cinco firmas reflorestadoras de Brasília; a maior dessas firmas, a Proflora, divide suas ações com o Governo do Distrito Federal.

Faz parte do processo de mudança dos conceitos de intocabilidade das florestas, pregado por Mauro Reis, o desaparecimento da fauna e flora nativas (apesar de constar o contrário nos projetos), já que a vegetação original não é suficientemente considerada. Inexistem conhecimentos para a reprodução das espécies nativas. No máximo, quando respitam os 20% de reserva legal exigidos pelo IBDF, fazem-no descontinuamente, passando por cima da necessidade de se proteger fauna, flora e os recursos da região dos cerrados.

Estes são os "conceitos de intocabilidade das florestas" — defendidos pelas entidades de apoio à causa do meio

ambiente — que na verdade defendem tão-somente uma exploração racional das florestas, isto é, retirar apenas o que se pode repor.

ROMPIMENTO DO ECOSISTEMA

A polêmica que existe com relação aos plantios de eucalipto no cerrado se fundamenta, por um lado, no fato de que este tipo de árvore, que tem mais de 400 espécies, exaure a terra de seus nutrientes e, particularmente no cerrado, tira muito da umidade do solo. Por outro lado, se fundamenta no fato da floresta de eucalipto ser homogênea, onde falta a camada baixa de plantas que retêm as águas das chuvas e que por isso ela seria tão prejudicial ao solo quanto qualquer outra floresta homogênea. Mas, segundo Heliovaldi Chagas de Oliveira, assessor do presidente do IBDF, a umidade do solo do cerrado não é problema, pois este é rico em lençóis d'água subterrâneos. Como o eucalipto absorve muita água, ele também transpira bastante eliminando umidade no ar, fato importante para Brasília com seu clima muito seco. O crescimento limitado do pinho e eucalipto no cerrado — demoram aqui o dobro do tempo que levam para crescer no Paraná — é devido à existência de óxido de alumínio no solo. Fato que confirma as conclusões do estudo feito pela Universidade do Paraná.

O eucalipto tem contra si este ponto bastante negativo: no raio abrangido pelas folhas de sua copa não nasce nenhuma outra espécie, uma vez que ao caírem já estão praticamente isentas de qualquer elemento orgânico — origem do húmus e do solo fértil. Elas contêm apenas lignina, substância da estrutura celular vegetal de difícil dissolução, já que as substâncias nutritivas foram retiradas pela árvore antes da queda das folhas.

Sérgio Lupatelli, presidente da Associação de Silvicultura, acha

difícil que se realize a reposição de florestas nativas, porque faltam pesquisas para a germinação de sementes e o consorciamento de espécies. A longo prazo, este talvez seja um estudo impossível, pois com as queimadas anuais, o cerrado muda e suas características de vegetação hoje já decadente se acentuam cada vez mais.

JUSTIFICATIVAS

Os incentivos fiscais para reflorestamento, os acordos e convênios de bilhões de cruzeiros assinados constantemente, aliados ao bode expiatório da crise energética, justificam a febre de reflorestar. Em setembro, o IBDF assinou um acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento, BNDE, no valor de Cr\$ 3 bilhões, na forma de um sistema especial de crédito para as empresas reflorestadoras voltadas para papel, celulose, carvão-vegetal e florestas energéticas.

Nos países tropicais e subtropicais isso adquire características especiais pois, enquanto que nos Estados Unidos, Canadá e países escandinavos — os maiores produtores mundiais de papel — são precisos 180 anos para se produzir metro cúbico de madeira, no Brasil, por exemplo, precisam-se de apenas 18

O reflorestamento sistemático no Brasil não tem ainda 15 anos, mas fez com que surgisse até um curso superior de especialização no assunto ministrado nas 11 escolas de Engenharia Florestal. Já ocupou o Sul do país, o Sudeste, o Triângulo Mineiro e agora ocupa o cerrado, abrangendo quase todo o estado de Goiás e parte dos estados do Mato Grosso do Sul e do Norte, num processo irreversível. Primeiro, apenas a mancha vermelha no chão do cerrado. Em pouco tempo, uma mata verde e alta, completamente diferente, vinda do outro lado do mundo. Nessa mata não cantam pássaros e os animais não têm lugar, pois como se sabe o eucalipto não produz frutos comestíveis.

Governo federal não apóia política agrícola do RS

FOTO DE SYLVIO GUEDES
TEXTO: Janine Souza Lins

O governo federal decidiu assumir posição contrária à aplicação do receituário agrônomo, medida já empregada no Rio Grande do Sul e no Paraná que consiste em proibir a venda de defensivos agrícolas muito tóxicos e medianamente tóxicos, sem o visto de um agrônomo. Para Edywald Soeiro Emrich, assessor da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, o defensivo agrícola é inofensivo se utilizado de forma adequada.

Emrich acredita que sem a aplicação de defensivos não há produção. Ele classifica a obrigatoriedade do receituário como uma medida antieconômica para o lavrador, que se vê forçado a contratar um agrônomo, técnico que cobra caro pelo seu serviço.

Duval Henriques da Silva, secretário substituto da Secretaria de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura, também acha que todos os defensivos são seguros e que se fossem bem aplicados o resultado seria muito bom.

Duval lembrou a existência de um período de carência, tempo necessário para que o alimento perca a toxicidade, que passa a ser contado a partir do último dia em que o defensivo foi aplicado. No caso da soja, por exemplo, o Malatol 2 LVC, indicado contra lagartas e percevejos, tem um período de carência correspondente a trinta dias. A soja só deve ser colhida após o término desse prazo.

O grande problema, diz o secretário, é que os cultivadores não respeitam essa deliberação e retiram o cereal antes do tempo. "Nós estamos enviando publicações trimestrais para os agricultores. Essas publicações indicam os produtos adequados para cada tipo de plantação e para cada praga específica", diz Duval.

Edywald Emrich apresentou um projeto de plano informativo, com o intuito de explicar o uso correto de defensivos, ao secretário da Defesa Sanitária Vegetal; este, porém, alegou falta de verbas e de pessoal especializado para a realização do projeto. Edywald disse que a verba

sempre se cria e que o que houve foi má vontade do Secretário para com o projeto.

Para Edywald, em vez de se aplicar um receituário agrônomo, o que realmente se precisa é de uma boa política informativa. Em São Paulo, diz ele, já começou a ser executado um plano com o intuito de preparar técnicos em aplicação de defensivos. O governo federal pretende ampliar essa medida para todo o território nacional. O técnico, conclui Edywald, vai receber um salário mais alto, por ser um operário especializado e só ele poderá aplicar o defensivo.

Defensivos à base de mercúrio não podem ser aplicados, como tem ocorrido freqüentemente por falta de informação, em plantações de tomates. Esse tipo de defensivo é indicado em plantações de cana-de-açúcar e para a aplicação em sementes.

O Rio Grande do Sul, que consome quarenta por cento dos pesticidas produzidos no país, resolveu adotar, de dois anos para cá, uma política de controle sobre o uso de defensivos. A época da

criação dessa medida coincidiu com o acidente ocorrido na praia do Hermenegildo, no município gaúcho de Santa Vitória do Palmar, onde houve mortalidade de organismos marinhos em grande escala, e onde foi constatada no ar a presença de uma substância tóxica.

Análises feitas através de amostras retiradas da espuma do mar acusaram a presença de Isotiocianato de Metila, produto que é utilizado como fumigante de solo contra fungos, insetos e ervas daninhas. A contaminação poderia ser evitada com o uso do receituário agrônomo, que corresponde a uma prescrição médica, com a diferença de que é prescrito pelo agrônomo.

O receituário agrônomo limita a aplicação de defensivos mais tóxicos.

Esses produtos não podem ser vendidos sem a apresentação da receita e mesmo após a venda se exige a orientação do agrônomo na aplicação do produto, daí a necessidade da contratação de um agrônomo pelo agricultor.

Casa Thomas Jefferson revive em Brasília clima eleitoral Americano

TEXTO: Antônio Augusto
FOTO: Odila M. A. Bohrer

A Casa Thomas Jefferson, que além de ser a maior escola de inglês da cidade, funciona como centro de atividades culturais, promoveu um verdadeiro carnaval no dia 4 de novembro, dia das eleições presidenciais nos Estados Unidos. Americanos e brasileiros foram convidados a acompanhar a apuração dos votos, com informações transmitidas diretamente de Washington e regadas a coca-cola e uísque, servidos generosamente aos convidados.

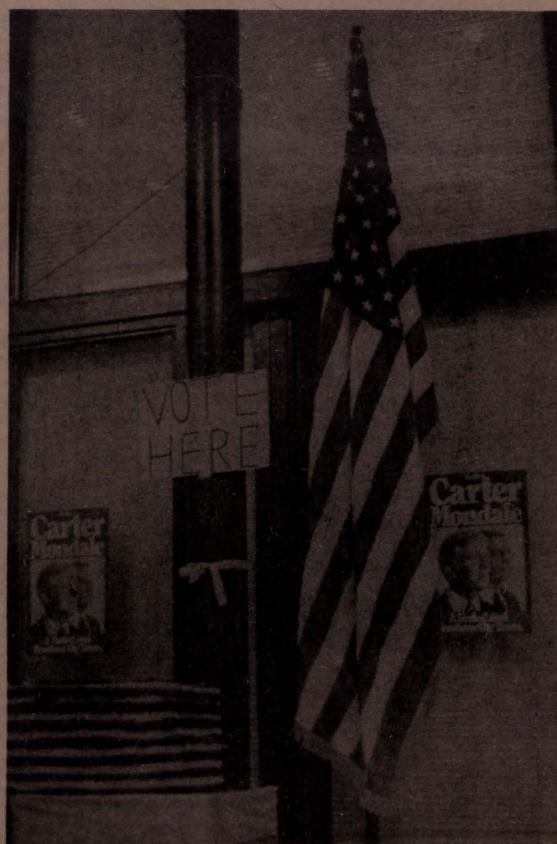
A FESTA

Tradicionalmente, a eleição de um presidente nos Estados Unidos é motivo de festa. As duas datas mais comemoradas na América são o dia das eleições e o 4 de julho, data de sua independência. A Casa Thomas Jefferson reviveu, em Brasília, o clima festivo que marca as comemorações. Foram preparadas comidas típicas americanas, como o "donnut" (biscoito frito coberto de açúcar ou chocolate) e o famoso cachorro quente. Mais de oito caixas de uísque escocês foram servidas, além de vodca e coca-cola. Todo o prédio foi decorado como os quartéis gerais de apuração dos candidatos. Faixas, bandeiras de todos os estados americanos e cartazes da campanha eleitoral de cada candidato foram espalhados pelas salas de aula, corredores e salas especiais montadas para acompanhar os resultados. Quarenta aparelhos de rádio com fones de ouvido foram sintonizados na **Voz da América** que transmitia os resultados da apuração diretamente de Washington. Dois aparelhos de tele-

forneiam dados de última hora, comentários e previsões que orientavam os convidados. Um aparelho de TV transmitia os boletins da Rede Globo que manteve repórteres de plantão em Nova York, Los Angeles e Washington, durante toda a noite. Outros 12 aparelhos reproduziam **video-tapes** da campanha eleitoral, sendo que a sala mais concorrida exibia os **tapes** do debate entre os dois candidatos, realizado uma semana antes. Um sistema de três projetores foi montado no jardim interno da escola para exibir filmes sobre os Estados Unidos. A grande atração porém foi o "telão", uma gigantesca tela de televisão de 2m x 3m de comprimento que reproduzia as reportagens feitas nos Estados Unidos durante toda a campanha eleitoral. No auditório da escola, um painel de apuração de 11 metros de comprimento, era preenchido por alunos da Escola Americana vestidos a caráter, calça azul, camisa branca e chapéu de listras azuis, vermelhas e brancas. A cada novo resultado, os números eram acrescentados abaixo dos nomes dos três candidatos mais importantes: Ronald Reagan, Jimmy Carter e John Anderson. Votos para os outros quase 50 candidatos de partidos menores não foram contados.

CARTER GANHOU

Além de todo o material de informação disponível, a direção da Casa Thomas Jefferson montou uma cabine eleitoral e distribuiu cédulas de votação a todos os convidados. Numa eleição simulada,



Ao lado da bandeira americana, a urna para o voto dos convidados. Os brasileiros preferiram Carter.

Jimmy Carter venceu Reagan por uma diferença de 120 votos. John Anderson teve somente 44 votos. Mais de mil pessoas compareceram, mas somente 352 votaram. A abstenção foi quase tão grande quanto nos Estados Unidos.

Como a maioria dos presentes era favorável a Carter e os resultados a partir da meia-noite já mostravam vitória significativa de Ronald Reagan, o entusiasmo cedeu lugar à decepção. Os "vivas" a Carter foram substituídos pelo aplauso crescente ao candidato Reagan a cada novo resultado anunciado. Os poucos convidados favoráveis a Reagan (aproximadamente 10%) passaram daí em diante a dominar a cena.

DECEPÇÃO

Por volta de uma hora da madrugada, a maioria dos convidados já havia saído. Foram talvez acompanhar o resto das apurações em casa, pelo rádio ou pela TV. Não havia mais motivo para comemorar. Outros convidados que deixaram a Thomas antes do esperado foram os embaixadores de missões diplomáticas estrangeiras. Os embaixadores da França, Alemanha e Chile partiram assim que foi anunciado o discurso que Carter fazia, no Hotel Sheraton de Washington, admitindo a derrota e desejando boa sorte ao novo presidente. O embaixador americano também não se demorou. Partiu assim que lhe pareceu iminente a derrota do presidente Carter. Funcionários do governo brasileiro demonstravam pouco interesse pelo resultado das elei-

ções. Carlos Eduardo Jardim e Alexandre Garcia da SECOM assistiram aos boletins sem nada comentar. Parlamentares brasileiros também não tinham opinião formada a respeito do novo presidente. O senador Paulo Brossard, líder do PMDB no Senado, comentou apenas que "o espírito de entusiasmo, reinante na Casa Thomas Jefferson, demonstra que nós brasileiros também estamos ansiosos por eleições democráticas". Na verdade tanto parlamentares como jornalistas e embaixadores estrangeiros mostravam-se perplexos diante da vitória do candidato republicano. A contagem dos votos continuou até as seis horas da manhã, na presença de membros da Embaixada Americana e funcionários da Casa Thomas Jefferson. Sonolentos, os últimos a deixar a Thomas refletiam sobre os acontecimentos nos Estados Unidos. Para eles parecia mais significativo analisar a atitude do povo americano ao eleger Reagan presidente, que a eleição em si. O que Reagan representa para o povo americano como líder da nação? Que tipo de chefe é o velho ator de filmes de **cowboy** de Hollywood? Por que o grande número de abstenções, principalmente entre os jovens? As respostas a essas perguntas surgirão a partir de janeiro do próximo ano. Só então os Estados Unidos poderão avaliar se a vitória esmagadora de Ronald Reagan foi uma decisão acertada, ou se o eleitorado americano queria somente se ver livre da má administração do presidente Carter.

No auditório, uma réplica dos centros de apuração americanos: video-tapes, painéis, telex, balões e hot-dogs.

